

DEBATES CLIMÁTICOS, COOPERAÇÃO E FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA MARCAM O INÍCIO DA COPRESIDÊNCIA DO BRASIL NA OGP

O ano de 2025 marcou avanços importantes para a agenda de governo aberto no Brasil e no cenário internacional. E esta edição do Boletim de Governo Aberto apresenta os principais destaques do período e os caminhos que se desenharam para 2026.

No segundo semestre, o país assumiu a copresidência global da Parceria para Governo Aberto (OGP) ao lado de Steph Muchai, representante da sociedade civil, consolidando o protagonismo brasileiro na promoção de práticas mais transparentes, participativas e responsivas. Essa nova liderança

simboliza não apenas o reconhecimento internacional do trabalho já realizado, mas também o compromisso do governo brasileiro com o fortalecimento da democracia e com a abertura do Estado.

Ao longo deste ano, acompanhamos também a mobilização de jovens líderes brasileiros, provenientes de diferentes regiões do país, na busca por soluções colaborativas e abertas para desafios climáticos, no âmbito do Fellowship OEA sobre Governo Aberto e Dados Abertos. Um movimento que reforça a potência da participação social, da ciência, da inovação e dos dados abertos como motores para políticas públicas mais eficazes e inclusivas.

2025 representou ainda um marco na implementação do 6º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto, que entrou em sua etapa de revisão, momento essencial para avaliar, em conjunto com a sociedade civil, os avanços alcançados, aprimorar os marcos dos compromissos e fortalecer a transparência sobre os seus resultados.

Também foi o ano em que o Brasil sediou a COP 30, momento histórico em que representantes de todo o mundo se reuniram, em Belém, para buscar soluções capazes de conter os avanços das mudanças climáticas. A presença da CGU na Conferência reforçou a conexão entre governo aberto e ação climática, destacando o papel da abertura governamental na construção de respostas climáticas mais eficazes e justas.

Ao longo de 2026, a CGU seguirá trabalhando em colaboração com os países membros, com a sociedade civil e com diversos atores governamentais para promover ações concretas de governo aberto, que fortaleçam a confiança pública, ampliem a participação cidadã e contribuam para transformar políticas públicas em todas as esferas.

O ano do Brasil na OGP está apenas começando. Convidamos você a acompanhar de perto esse percurso!

Uma ótima leitura!



CGU ASSUME COPRESIDÊNCIA DA OGP E FORTALECE LIDERANÇA DO BRASIL NA AGENDA GLOBAL DE GOVERNO ABERTO

Liderança é compartilhada com Steph Muchai, representante da sociedade civil na Parceria para Governo Aberto (OGP)

Outubro assinalou um momento importante para a agenda internacional de governo aberto. Durante a **IX Cúpula Global** da Parceria para Governo Aberto (OGP), realizada na Espanha, a Controladoria-Geral da União (CGU) assumiu a copresidência global da OGP, ao lado da advogada queniana **Steph Muchai**, representante da sociedade civil. A nova liderança compartilhada simboliza o compromisso do país com a promoção de práticas mais transparentes, participativas e responsivas em nível mundial.

A copresidência foi o marco central da participação brasileira na Cúpula, que reuniu mais de dois mil representantes de governos e organizações da sociedade civil para compartilhar experiências, melhores práticas e progressos em iniciativas de governo aberto.

A delegação brasileira foi liderada pelo ministro da CGU, Vinicius Marques de Carvalho, e contou com a participação da secretária nacional de Transparência e Acesso à Informação, Livia Oliveira Sobota, da Coordenadora-Geral de Promoção de Governo Aberto, Fernanda Montenegro Calado, além de representantes de outros órgãos federais. Membros da sociedade civil, de instituições de ensino e pesquisa e de governos locais também representaram o Brasil na Cúpula.



Ao longo de três dias, os representantes da delegação brasileira participaram de painéis, mesas redondas e reuniões bilaterais, apresentando a visão do Brasil para a agenda de governo aberto e contribuindo com o debate internacional sobre fortalecimento democrático, confiança pública e participação cidadã.

Na ocasião, o ministro da CGU destacou o papel do Brasil como liderança na agenda de governo aberto e ressaltou que a nova copresidência permitirá avançar ainda mais na construção de uma agenda democrática, transparente e participativa no cenário global.

“Apresentamos as experiências do Brasil nas áreas de transparência, participação, gestão pública e governança, para mostrar o quanto estamos avançando nesses temas. Também assumimos, com grande honra e responsabilidade, a copresidência dessa entidade tão importante. Discutimos, ao longo dos dias da Cúpula, como avançar em uma agenda democrática, de soberania, que concilie redução de desigualdades, desenvolvimento e superação da crise climática”.

Vinicius Marques de Carvalho - ministro da CGU



A CGU também participou de diversos painéis e reuniões, nos quais apresentou o conceito de governo aberto no contexto brasileiro e refletiu sobre a resiliência democrática necessária para enfrentar os desafios atuais da política global, em um momento em que as instituições enfrentam pressões sem precedentes.

“A Parceria para Governo Aberto e todos os atores que fazem parte dela são importantes para mostrar a contribuição de um governo mais transparente, mais participativo, mais responsivo às necessidades da população para a defesa da democracia. Um governo que funcione melhor, saiba se explicar melhor e seja mais participativo está muito mais fortalecido para a proteção e para o aprofundamento da democracia.”

Livia Sobota - Secretária Nacional de Transparência e Acesso à Informação

Durante a Cúpula, a copresidente da OGP representante da sociedade civil, Steph Muchai, destacou que a cooperação com o Brasil chega em um momento essencial para reconstruir confiança e aproximar governos e cidadãos:

“Temos uma boa oportunidade de oferecer soluções reais como OGP, de ter todos na mesa, de trazer todas as vozes e, mais importante, de reconstruir a confiança entre os cidadãos e seus governos. É importante que as pessoas se envolvam e vejam a OGP como uma ferramenta para ajudá-las a implementar o que desejam e aprender com outros que percorreram a mesma jornada, evitar seus erros, aprimorar a partir de seus sucessos e ter um resultado melhor”.

Steph Muchai - Copresidente da OGP, representante da sociedade civil

PREMIAÇÃO

A Cúpula foi encerrada com o anúncio dos vencedores do OGP Awards, premiação que reconhece as reformas mais promissoras e impactantes na agenda de governo aberto. O Brasil esteve entre os destaques:

■ O Compromisso 1 do 6º Plano de Ação Nacional, coordenado pela CGU e com participação de organizações da sociedade civil, recebeu menção honrosa pelos avanços em transparência e participação nas políticas públicas de infraestrutura.

■ Já a implementação da Estratégia Federal de Participação Social e Educação Popular, iniciativa coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República (SG-PR), foi agraciada com o prêmio Desafio Open Gov.

■ Assista aos painéis da Cúpula da OGP no canal da Parceria no Youtube



AGENDA DA COPRESIDÊNCIA DA OGP 2025 -2026

Brasil e Steph Muchai definem prioridades para o avanço global da agenda de governo aberto

Um dos instrumentos mais importantes da copresidência da OGP é a Agenda dos Copresidentes, carta de intenções que define prioridades, focos temáticos e metas institucionais do mandato, com o objetivo de fortalecer o movimento global de governo aberto e avançar a missão da OGP nos níveis local e internacional.

Nesse contexto, Brasil e Steph Muchai lançaram a [Agenda da Copresidência da OGP para 2025-2026](#), documento que traduz uma visão conjunta de fortalecimento do governo aberto em âmbito global. A carta, lançada durante a COP30, reflete o compromisso dos copresidentes em promover avanços coletivos e responder às necessidades e perspectivas que emergem dos diferentes contextos sociais.

A construção da agenda da copresidência foi conduzida a partir de um processo de diálogo entre Stephanie Muchai, representantes da CGU e da OGP. O processo envolveu ainda atores estratégicos do governo brasileiro e da sociedade civil, que contribuíram para a identificação de temas prioritários do mandato. As conversas ocorreram no âmbito do Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA) e do Grupo de Trabalho de Governo Aberto do Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC).

O documento final estabelece **duas prioridades** para o mandato:

(1) Governo aberto na prática: direcionando as transições digital e ambiental para o bem das pessoas e do planeta

A Copresidência da OGP é uma oportunidade para promover os benefícios concretos do governo aberto nas transições digital e ambiental, aplicando, na prática, princípios de transparência, participação, integridade, prestação de contas e abertura na ação climática e em políticas digitais. Enfrentar a mudança do clima e democratizar os benefícios — ao mesmo tempo em que mitigamos os riscos — da revolução digital requer o engajamento de todos os setores da sociedade.

(2) Governo aberto por um mundo melhor: o papel da OGP no diálogo e na cooperação internacional.

Diante de desafios globais cada vez mais complexos e interconectados, a agenda de governo

aberto deve fortalecer sua contribuição para o diálogo e a cooperação internacional, sempre guiada pela Declaração de Governo Aberto e pela Estratégia da OGP para 2023-2028.

■ **Ações conjuntas** - Para alcançar as prioridades do mandato, a copresidência trabalhará, em conjunto com o Comitê Diretivo e com os membros da Parceria, para: a) sustentar e expandir reformas de governo aberto em todo o mundo; b) ampliar vozes e lideranças globais em fóruns regionais e internacionais, a fim de assegurar a cooperação multilateral e o apoio político a uma governança aberta, responsiva e voltada para as pessoas e o planeta; c) ativar e fortalecer novas gerações de líderes e a apropriação da pauta no movimento de governo aberto; e d) promover estratégias nacionais e locais baseadas em evidências para uma governança integrada e multinível, orientando os próximos 15 anos da OGP.

Acompanhe a Página de Governo Aberto da CGU e fique por dentro das ações da copresidência da CGU e Steph Muchai na OGP.

FELLOWSHIP OEA SOBRE GOVERNO E DADOS ABERTOS COM FOCO EM MUDANÇAS CLIMÁTICAS, BRASIL 2025

Jovens líderes brasileiros impulsionam soluções abertas para os desafios climáticos

Um ano de imersão e muito aprendizado em busca de soluções abertas e inovadoras para os desafios climáticos de nosso tempo. Essa tem sido a rotina dos 25 jovens líderes brasileiros selecionados para o Programa *Fellowship OEA* de Governo Aberto com foco em *Mudança Climática – Brasil 2025*.

Oriundos de diferentes regiões do país, esses jovens passaram a dedicar parte do seu tempo a um desafio que não conhece fronteiras: pensar e cocriar soluções abertas para problemas ambientais cada vez mais complexos.

Iniciada em março de 2025, esta edição do Programa, voltada à formação de jovens lideranças, busca fortalecer a governança democrática e enfrentar os desafios das mudanças climáticas, por meio da transparência, da participação cidadã e da inovação em políticas públicas. A ação combina formação, colaboração e experimentação para transformar dados, ciência e participação social em propostas concretas para fortalecer a ação climática no Brasil.

No Brasil, o Programa é desenvolvido pela Organização dos Estados Americanos (OEA) em parceria

com a Controladoria-Geral da União (CGU), com o apoio da Embaixada da França e do Banco Mundial, integrando-se à agenda nacional de Governo Aberto e à Parceria para Governo Aberto (OGP). A iniciativa conta também com o suporte do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA).



FELLOWSHIP

SEMINÁRIO PRESENCIAL EM BRASÍLIA

Em outubro, os fellows se reuniram em Brasília, em seminário presencial, para enfrentar cinco desafios climáticos, identificados em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, com o propósito de transformá-los em soluções inovadoras.

Durante quatro dias de evento, os 25 jovens também participaram de diversos painéis sobre governo aberto, transparência, integridade, ação climática e inovação em políticas públicas, além de mentorias e atividades de formação de lideranças.



FELLOWS NA COP 30

Após o seminário em Brasília, alguns dos jovens participantes do Fellowship OEA partiram para a COP 30, em Belém, onde participaram da Conferência e contribuíram com o debate sobre o enfrentamento das mudanças climáticas.

Na ocasião, os fellows se reuniram com o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinicius Marques de Carvalho, e com o Embaixador da França no Brasil, Emmanuel Lenain, para apresentar as soluções que estão sendo desenvolvidas no âmbito do Programa. O ministro destacou que o tema desta edição surge em um momento decisivo para o planeta e para o Brasil, em que os impactos ambientais exigem respostas urgentes e colaborativas.



A etapa final do Programa será realizada em março de 2026, em Brasília, ocasião em que os fellows apresentarão os produtos finais de seus projetos com soluções cocriadas para os desafios climáticos. O Fellowship OEA apresenta-se como uma ação internacional inovadora, demonstrando como a cooperação multilateral pode inspirar políticas públicas concretas em toda a América Latina.

COM A PALAVRA: DEPOIMENTOS DE PARTICIPANTES



“O Fellowship OEA proporcionou a união perfeita entre técnica e propósito. Aprofundar-me nos mecanismos de integridade da CGU e entender seu papel na agenda climática ampliou minha visão estratégica. Além do conhecimento, o maior ganho foi a construção de uma rede colaborativa e diversa, verdadeiros agentes de mudança que poderão fazer muito mais pelo país. Vejo este programa como o catalisador para uma nova geração de lideranças focadas em governança ética e em resultados concretos para a sociedade. Saio motivada para aplicar esses aprendizados na construção de uma democracia mais humana, em que a integridade é a base para um futuro sustentável. Que honra fazer parte desse time!”

Hanna Pereira - Participante do Fellowship OEA Brasil 2025

“Minha participação no Programa reforçou uma missão pessoal que já possuo: a de usar a inteligência dos dados para reduzir desigualdades. A experiência me permitiu mergulhar em projetos de dados abertos e governança com impacto real no setor público. Além disso, permitiu que conhecêssemos mais de perto os desafios atuais que o Governo Federal enfrenta; e a oportunidade de propor caminhos e soluções para esses desafios é gratificante. A partilha em comunidade com os demais participantes fortaleceu imensamente minha rede de contatos. Saber que outras pessoas estão desenvolvendo projetos inovadores em diferentes locais do Brasil é fortalecedor. O Fellowship, portanto, é para mim um direcionador de caminho e está me ajudando a consolidar meu papel de ser uma ponte entre as humanidades e a tecnologia, entre os dados e as pessoas.”



Mayres Pequeno - Participante do Fellowship OEA Brasil 2025

ENTREVISTA:

Maria Fernanda Trigo, Diretora do Departamento de Gestão Pública Eficaz da OEA

COMO O FELLOWSHIP FORTALECE JOVENS LIDERANÇAS E APROXIMA GOVERNO ABERTO DA AGENDA CLIMÁTICA



A diretora do Departamento de Gestão Pública Eficaz da OEA, Maria Fernanda Trigo, conversou com o Boletim de Governo Aberto sobre o Fellowship OEA 2025.

Boletim de Governo Aberto - O Fellowship OEA sobre Governo Aberto e Dados Abertos é reconhecido como uma iniciativa pioneira de cooperação internacional. Como você avalia o papel desse tipo de programa para fortalecer a governança democrática nos países do Sul Global?

Maria Fernanda Trigo - Em primeiro lugar, o Fellowship OEA tem como base a promoção dos princípios de Governo Aberto: transparência; colaboração e participação cidadã. E creio que esses princípios são essenciais para fortalecer a governança democrática em todos os sentidos e, ademais, são princípios que se aplicam a qualquer setor, a qualquer instituição pública, democrática, de qualquer setor do Governo e de qualquer nível. De governos locais, federais, nacionais.

Então, esse sempre foi o principal objetivo dessa iniciativa: promover os valores do governo aberto. E, ao promover os valores do governo aberto e ao já implementar a iniciativa em todos esses anos, também percebemos que a iniciativa ajuda muito a fortalecer o diálogo entre os diferentes participantes.

Esse fortalecimento do diálogo entre participantes que, no início, vinham de diferentes países, mas também de diferentes setores da sociedade, com perspectivas diferentes, é algo muito valioso. É muito importante saber que você pode compartilhar seus diferentes pontos de vista, porque nem todos concordam e nem todos chegam com a mesma compreensão sobre um problema ou sobre a realidade da região. Também acho isso importante porque demonstra a importância da participação de qualquer cidadão, não importa quem seja, de onde venha.

Assim, em certo ponto da iniciativa, quando os jovens começam a discutir sobre o que é governo aberto, sobre suas experiências, há muita conscientização sobre os direitos que todo cidadão possui. Mas, ao convidá-los para desenvolver um projeto, também enfatizamos os deveres do cidadão. Destacamos a importância de participar ativamente — não apenas como espectador, para criticar o que não funciona, mas como alguém que se pergunta: “Se algo não vai bem, o que posso fazer, da minha parte, para melhorar?”. É esse chamado à ação que buscamos promover, especialmente entre

jovens líderes com potencial para gerar impacto em suas comunidades e instituições. Para resumir um pouco, acho que a iniciativa fortalece muito a questão do diálogo e, por outro lado, coloca em prática a convivência democrática, o fato de estar muito consciente dos seus direitos, mas também dos seus deveres.

Boletim de Governo Aberto - Esta edição, realizada exclusivamente com participantes do Brasil, coincidiu com um momento histórico em que o país sediou a COP30. O que mais chamou a sua atenção nessa experiência e nas soluções apresentadas pelos fellows brasileiros aos desafios climáticos?

Maria Fernanda Trigo - Bem, por um lado, eu estava com muitas expectativas sobre se realmente poderíamos aplicar essa iniciativa a um tema tão específico quanto as mudanças climáticas, pois às vezes se pensa que democracia e mudança climática são duas áreas muito diferentes. E o que me surpreendeu foi perceber como a questão do governo e dados abertos se encaixou no contexto que o Brasil está vivendo com relação às mudanças climáticas. Isso demonstrou como os instrumentos de governo aberto, neste caso os dados abertos, podem ser tão úteis em qualquer tema, como foi exemplificado na discussão sobre mudanças climáticas.

Então, me parece que a iniciativa foi muito útil para trazer grandes ideias e traduzi-las em problemas mais concretos, a partir das realidades específicas das diferentes regiões do Brasil, onde os efeitos das mudanças climáticas variam bastante. Isso foi muito rico nas trocas feitas no Brasil.

Nós tínhamos um grupo de pesquisadores que realmente representava diferentes regiões e setores, refletindo toda aquela riqueza que existe no Brasil. Pudemos então ver como o problema das mudanças climáticas se traduzia em diferentes problemas concretos para cada região. Cada região enfrenta diferentes problemas, talvez urgências diferentes, e isso ajuda a concretizar o máximo possível e a enxergar com mais clareza o impacto nas comunidades das quais tivemos representantes no Fellowship.

Por outro lado, fiquei muito impressionada com o desejo de participação e o ativismo dos brasileiros, sempre muito envolvidos em suas comu-

nidades. Eles demonstraram muito conhecimento sobre o que está acontecendo em torno das mudanças climáticas e isso ficou evidente nas discussões.

É notável que a questão da COP não era apenas um tema no nível do governo nacional, mas também algo vivido intensamente em todo o Brasil. Desde o governo federal até os governos locais, muitos representantes estavam preparados para trabalhar nessas questões, e o compromisso que tinham foi demonstrado. O mesmo vale para os jovens: ficou evidente o compromisso em melhorar a situação de suas comunidades, de suas populações, em termos de enfrentar os desafios das mudanças climáticas.

Outra coisa que me chamou atenção foi a forma como, na semana presencial, os problemas apareceram de maneira muito específica e como as soluções propostas dialogaram diretamente com essas necessidades. Houve cinco grupos, que desenvolveram cinco soluções diferentes e bastante específicas. Eu não sou especialista em mudanças climáticas, mas a impressão que tive é que são ideias com grande potencial de gerar impacto real nas comunidades de onde esses jovens vêm.

E isso foi uma surpresa agradável, diferente de outras edições que já fizemos. As edições regionais que realizamos foram mais difíceis em relação a encontrar soluções tão pontuais e concretas. E aqui, foi uma surpresa agradável ver que havia soluções muito específicas, e agora esperamos que, entre agora e o próximo seminário, eles possam desenvolver esses projetos que foram propostos.

■ Confira [aqui](#) a entrevista na íntegra.



4º DIÁLOGO COM A SOCIEDADE CIVIL

Edição abordou o processo de Revisão do 6º Plano de Ação Nacional

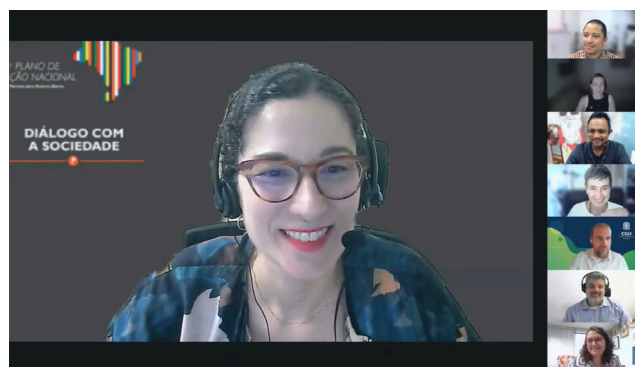
Em meio a um cenário de fortalecimento da agenda de governo aberto no Brasil, a Controladoria-Geral da União (CGU) realizou, no dia 1º de dezembro, a 4ª Edição do Diálogo com a Sociedade, com transmissão ao vivo pelo canal da CGU no YouTube. O encontro, mediado pela coordenadora-geral de Promoção de Governo Aberto, Fernanda Calado, abordou o processo de Revisão do 6º Plano de Ação Nacional e marcou o lançamento da consulta pública sobre o Relatório de Progresso do Plano.

O evento contou com a participação dos coordenadores dos compromissos do Plano, que apresentaram os principais avanços e entregas realizadas até o momento nas oito iniciativas que compõem o 6º Plano de Ação.

Calado destacou que o trabalho de Revisão do 6º Plano ocorre em um momento bastante especial, em que o Brasil assume a copresidência global da OGP, ao lado da advogada queniana Steph Muchai, representante da sociedade civil. A coordenadora ressaltou também que o Plano já atingiu 46% de execução, o que equivale ao desempenho esperado para a metade do período de implementação.

O Coordenador-Geral de Gestão do Portal de Transparência e coordenador do Compromisso 1, Guilherme Fortuna, destacou a ampliação dos instrumentos de participação social no Ministério dos Transportes. “Conseguimos realizar um workshop embrionário, que reuniu diversos órgãos do governo e representantes da sociedade civil, criando uma base sólida para aprimorar as práticas do Ministério dos Transportes.”, destacou Fortuna.

A Coordenadora de Governança de Dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e coordenadora do compromisso 3, Bianca Amaro, destacou a mudança de cultura



trazida pela temática da ciência aberta, o que exige uma atualização de regulamentos e infraestrutura. Amaro ressaltou ainda a inclusão das ações de ciência aberta no Livro Violeta, que subsidiará a formulação da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia – ENCTI.

Esta edição do Diálogo reforçou a importância do compartilhamento dos avanços, desafios e aprendizados no processo de execução do 6º Plano de Ação, consolidando um espaço de participação e transparência na agenda de governo aberto. Mais uma vez, governo e sociedade puderam compartilhar progressos, desafios e perspectivas para os próximos meses, reafirmando a centralidade da participação social na construção o Plano de Ação Nacional.

A Revisão do Plano, agora em consulta pública, representa a continuidade deste processo, que busca aprimorar políticas e reafirmar o compromisso do Brasil com uma governança mais aberta, inclusiva e responsiva.

O Diálogo com a Sociedade acontece semestralmente e faz parte do calendário de ações do 6º Plano de Ação. Acompanhe a [Página de Governo Aberto](#) para ficar por dentro dos próximos eventos.

- Fique de olho! Em breve será divulgado pela CGU o resultado da Consulta Pública.
- Assista [aqui](#) ao 4º Diálogo com a Sociedade na íntegra e fique por dentro das atualizações do 6º Plano de Ação Nacional
- Confira [aqui](#) o relatório de Revisão do Plano

DESTAQUES DOS COMPROMISSOS

Confira os destaques de cada um dos oito compromissos do 6º Plano de Ação para os últimos três meses de 2025:

Compromisso 1 - Transparência e participação em infraestrutura

No último trimestre de 2025, foi realizado, pelo Ministério dos Transportes, o workshop “[A importância da participação social e da sustentabilidade na construção do PNL 2050](#)”, que teve como objetivo elaborar as diretrizes para o setor de infraestrutura de transportes, com debates sobre a importância de um processo colaborativo de participação social e alinhado à questão ambiental. Também foi lançado o [Diagnóstico do estado atual da transparência da infraestrutura no Governo Federal](#), coordenado pela organização Transparência Internacional Brasil. O estudo reuniu análises legais, boas práticas internacionais e avaliações de portais públicos.

Compromisso 2 - Dados para o enfrentamento da corrupção

No período, foram consolidados levantamentos e diagnósticos sobre bases de dados ligadas à prevenção e ao combate à corrupção. Alguns conjuntos de dados já passaram por atualização e novos dados começaram a ser organizados para abertura. O foco foi melhorar a qualidade das informações disponíveis ao público. Também foi realizada a [1ª Jornada de Reuso de Dados Abertos](#), evento voltado para a disseminação de soluções desenvolvidas com a utilização de dados abertos governamentais, bem como a finalização do [1º Concurso de Reuso de Dados Abertos](#).

Compromisso 3 - Práticas colaborativas para ciência e tecnologia

No último trimestre de 2025, avançou a consolidação de iniciativas de ciência aberta no país, com destaque para o fortalecimento do [Observatório de Ciência Aberta do Brasil](#). Também foi ampliado o acesso a conteúdos sobre boas práticas científicas, por meio do [Banco de Recursos sobre Reprodutibilidade](#). Essas plataformas reúnem materiais, referências e experiências voltadas à transparência e à colaboração na pesquisa científica.

Compromisso 4 - Cultura de acesso à informação

No último trimestre de 2025, a RedeLAI seguiu se consolidando como espaço de cooperação entre governos, academia e sociedade civil. Um dos destaques foi a campanha “[Conheça a Administração Pública, Pergunte!](#)”, que buscou ampliar o conhecimento sobre o direito de acesso à informação para cidadãos.

Compromisso 5 - Dados sobre ações afirmativas étnico-raciais

O período foi marcado pelo fortalecimento de parcerias com universidades e organizações da sociedade civil. Avançaram produtos e diálogos voltados à melhoria dos dados sobre políticas de igualdade racial, de forma a tornar as ações afirmativas mais visíveis e baseadas em evidências. O compromisso segue focado em transformar dados em instrumentos para políticas públicas mais justas.

Compromisso 6 - Educação digital e midiática para pessoas idosas

No fim de 2025, avançou a ampliação do [repositório online](#) com materiais voltados à educação digital da pessoa idosa. Os conteúdos são gratuitos e podem ser usados por educadores, coletivos, famílias e demais interessados no fortalecimento da inclusão digital.

Compromisso 7 - Melhores serviços para a agricultura familiar

No período, foram concluídos mais dois marcos importantes do compromisso. O primeiro foi o aprimoramento da Carta de Serviços do MDA, com textos em linguagem simples e novos formatos para facilitar o entendimento dos agricultores familiares. O segundo foi a finalização do diagnóstico do sistema CAF 3.0, que resultou em um relatório com propostas para melhorar a experiência dos usuários.

Compromisso 8 - Participação social e educação popular nos territórios

Foram consolidados mapeamentos de iniciativas e organizações que atuam com participação social e educação popular. Esses levantamentos fortaleceram articulações nos territórios e a atuação dos Fóruns de Participação Social. Também avançaram referências e documentos fruto do diálogo com movimentos sociais.

GOVERNO ABERTO EM DESTAQUE NA COP 30



A Controladoria-Geral da União (CGU) também marcou presença na COP 30, reforçando o papel do Governo brasileiro na promoção da transparência e das práticas de governo aberto como pilares para enfrentar os desafios climáticos. A participação na Conferência evidenciou o compromisso do país com a integridade e com políticas sustentáveis baseadas em dados, participação social e responsividade.

■ Assista no [canal da CGU no Youtube](#) o painel “Governo aberto: integridade, transparência e participação social para o fortalecimento das políticas climáticas”, promovido pela CGU durante a Conferência das Partes (COP30), em Belém (PA).

CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO